



Prefeitura Municipal de Canguçu  
Estado do Rio Grande do Sul

**PORTARIA Nº 265/2018**

**“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, Lei 2239/2003;

**RESOLVE:**

**ART. 1º** - Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para esclarecer os fatos relacionados ao acidente de trânsito, ocorrido na data de 23.07.2018, conforme documentos parte integrante desta Portaria, na forma de anexos, envolvendo o Servidor Público Municipal **LUIZ GONZAGA PADILHA PINTO**, ocupante do cargo de Médico Veterinário, matrícula nº 8574-0, por suposto descumprimento ao inciso IX do artigo 169, sujeito as penalidades previstas nos incisos do artigo 174 da Lei 2239/2003 .

**ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.

**ART. 3º** - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 276/2017, de 06.09.2017, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **MAÍRA SOARES CAMACHO GUILAYN**, Advogada, matrícula nº 50162-0, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, a qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.

**ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
CANGUÇU/RS, 27 DE SETEMBRO DE 2018.

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

**ELIEZER JORGE TIMM**  
Chefe de Gabinete do Prefeito

*Recbi  
28/09/18  
Kauane*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**RELATÓRIO FINAL**

**Senhor Prefeito Municipal,**

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar vem apresentar o presente relatório, após a realização das diligências necessárias à apuração dos fatos objetos do Processo Administrativo instaurada pela Portaria nº 265/2018, qual seja a conduta do servidor Luiz Gonzaga Padilha, matrícula nº8574-0, por possível descumprimento de disposições legais decorrentes de atribuições de seu cargo, conforme art. 169, IX da Lei 2.239/2003.

**PRELIMINARMENTE**

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, acarretando unicamente como efeito a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida.

No mesmo sentido, segue Sumula 592 do Superior Tribunal de Justiça:  
*O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.*

**DOS FATOS APURADOS E DA PROVA**

Pela análise do conjunto probatório entendemos que não houve responsabilidade do servidor Luiz Gonzaga Padilha na direção do veículo de placa IUA2087.

Pelo depoimento pessoal do servidor ficou claro que estava chovendo e o carro *aquaplanou* na pista, não ficando comprovada a sua culpa na intercorrência devendo ser considerada a condição climática e o fato de que o asfalto era novo. Nesse sentido:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

" Se envolveu em um acidente de carro em Julho. Pegou o carro para ir para o frigorífero, é fiscal e medico veterinário na Prefeitura. Estava chovendo. Era de tarde. O carro acuaplanou e saiu da estrada. O depoente vinha em uma velocidade baixa, estava chovendo, por volta 70km. Tentou frear e não conseguiu. O depoente podia ter se matado. O depoente afirma que era em uma RS asfaltada, alias o asfalto era novo, por isso acuaplanou. Os colonos da volta ajudaram o depoente a retirar o carro da pista para não causar outro acidente. Fez BO pela internet. Avisou a sua chefia. Estragou a frente do carro. Pelo que sabe ainda não arrumaram o carro, acredita que o carro não tem seguro. É um carro cedido do Estado. O depoente informa que estava de cinto de segurança. O seu cargo permite dirigir veiculo. Nunca tinha se envolvido em um acidente. Nada.Nada mais."

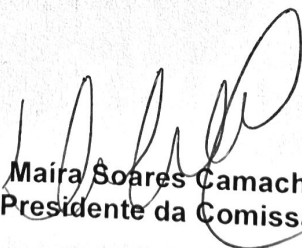
Desse modo, opinamos pelo arquivamento do processo administrativo, pois não foi possível verificar a responsabilidade do agente público.

Todavia, recomenda-se que o servidor seja orientado pelo seu superior a praticar a direção defensiva durante o desempenho da sua função que exige a direção de veículo, atentando, especialmente, para a velocidade.


Este é o relatório.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.


Canguçu, 31 de dezembro de 2018

  
**Maíra Soares Camacho**  
Presidente da Comissão

**Carem Eluza Braga Quintada**  
Secretária da Comissão

  
**KAUANE PEDROSO**  
Membro da Comissão

Ào Assessoria  
- Para Arquivamento  
28/02/19

  
**Edmilson Martins da Rosa**  
Secretário Municipal  
de Gestão

Sec. dos C. Assessoria  
Paulo Fernando da Silva  
12.02.19

de Alvaro com  
14/02/19